

Iraque: as recomendações de Brahimi

Publicação: [O Mundo em Português Nº 55](#)

Data de Publicação: Abril/Maio 2004

Autor: Luís Silva

O agravamento da situação no Iraque e a proximidade da data fixada para a transferência de poderes, o próximo dia 30 de Junho, levaram o conselheiro especial do Secretário-Geral das Nações Unidas, o argelino Lakhdar Brahimi, a fazer algumas recomendações para a transferência de soberania. O conjunto de propostas enunciadas por Brahimi numa conferência de imprensa conjunta em Bagdad com Massoud Barzani, Presidente do Conselho de Governo Iraquiano (CGI), visam uma transferência de poderes semelhante à operada no Afeganistão.

Segundo o conselheiro especial, a actual situação interna no Iraque exige uma atenção e esforço redobrado de todas as partes envolvidas neste processo que tem, nas eleições previstas para Janeiro de 2005, o seu mais importante marco. «Não há substituto à legitimidade proveniente de eleições livres e justas», sublinhou Brahimi. Até lá, o antigo ministro dos negócios estrangeiros da Argélia recomendou a constituição de um Governo que se ocupe dos destinos do país no período compreendido entre 1 Julho de 2004 e Janeiro de 2005. A sua formação deve ser levada a cabo durante o mês de Maio e poderá ser composto por um primeiro-ministro e por iraquianos conhecidos pela sua «honestidade, integridade e competência». Haverá lugar, igualmente, para um Presidente que actuará como Chefe de Estado e dois Vice-Presidentes.

É realçada, também, a importância da inclusão dos membros que compõem actualmente o CGI em futuras instituições estatais. A necessidade de reconciliação nacional e de promoção do diálogo traduz-se na proposta de uma Conferência Nacional, que iniciaria os seus trabalhos em Julho deste ano. Este órgão elegeria uma Assembleia Consultiva que auxiliaria o Governo até às eleições para a Assembleia Nacional, em Janeiro de 2005. Para além dos pormenores de arquitectura política e institucional, Brahimi expressa a sua preocupação pelo grande número de iraquianos detidos sem qualquer acusação ou direito a julgamento. Alguma perplexidade é também demonstrada pelo facto de milhares de professores, médicos, engenheiros e outros profissionais, cujos serviços são essenciais para o país, terem sido afastados dos seus

postos num processo de «caça às bruxas» em relação a pessoas conotadas com o extinto partido Baas. Estas considerações serão alvo de um tratamento mais rigoroso quando Brahimi apresentar ao Secretário-Geral das Nações Unidas, Koffi Annan, as suas impressões resultantes dos vários encontros com líderes políticos e religiosos iraquianos e a sua análise da actual situação no terreno. As reacções às propostas de Brahimi não se fizeram esperar.

Na reunião informal que juntou os chefes da diplomacia da União Europeia, já a Vinte e Cinco, a maioria reagiu favoravelmente às propostas enunciadas. A importância da representação da pluralidade das várias forças políticas e religiosas do país, traduzida na sugestão da Conferência Nacional, foi realçada e apoiada pelo italiano Franco Frattini e pelo alemão Joschka Fischer. Também Jack Straw e o próprio Javier Solana declararam a vontade de trabalhar a partir das recomendações de Brahimi. Favoráveis foram também as reacções norte-americanas. Numa conferência de imprensa conjunta com o primeiro-ministro Britânico, George W. Bush saudou a iniciativa de Brahimi bem como o envolvimento da ONU no processo de transição política iraquiano. Posteriormente, no entanto, os planos que a administração norte-americana apresentou ao Congresso, colocam sérias limitações à soberania de um novo governo de transição iraquiano, nomeadamente no que diz respeito ao controlo das suas forças armadas e à restrições à aprovação de novas leis.

Marc Grossman, sub-secretário de Estado americano para os Assuntos Políticos, declarou que o seu país «tem o direito, o poder e a obrigação» de decidir, mas que tudo deve fazer para consultar o governo interino que vier a ser formado. Estas declarações demonstram a vontade norte-americana de continuar a conduzir os destinos do país, pelo menos, até Janeiro de 2005. Grossman sublinhou, também, o carácter meramente consultivo da Conferência Nacional proposta por Brahimi, declarando que o período entre 1 de Julho e Dezembro de 2004 não é altura indicada para aprovação de novas leis.